

ENERPEIXE S.A.

CNPJ/MF nº 04.426.411/0001-02



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)							
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa							
Concessionárias	4	107.052	136.219				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5	52.793	33.570				
Outros tributos compensáveis	6	2.206	3.667				
Estoques	6	8.068	6.214				
Outros créditos	10	5.792	5.299				
Outros créditos	11	1.361	1.152				
Total do ativo circulante		177.272	186.121				
Não circulante							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6	19.778	12.263				
Outros tributos compensáveis	6	100.099	94.010				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	90.075	65.974				
Cauções e depósitos vinculados	9	3.554	3.276				
Outros créditos	11	605	1.166				
		214.111	176.689				
Imobilizado	12	1.069.777	1.114.414				
Intangível	13	269.964	288.176				
		1.339.741	1.402.590				
Total do ativo não circulante		1.553.852	1.579.279				
TOTAL DO ATIVO		1.731.124	1.765.400				
PASSIVO							
Circulante							
Fornecedores	14	37.170	20.941				
Debêntures	15	154.038	2.948				
Outros tributos a recolher	6	7.034	7.855				
Uso do bem público	16	38.500	38.148				
Provisões	17	16.933	13.715				
Outras contas a pagar	11	5.200	5.517				
Total do passivo circulante		258.875	89.124				
Não circulante							
Debêntures	15	448.637	596.822				
Outros tributos a recolher	6	25.517	28.976				
PIS e COFINS diferidos	7	56	44				
Uso do bem público	16	383.177	401.547				
Provisões	17	9.998	12.459				
Outras contas a pagar	11	2.658	1.226				
Total do passivo não circulante		870.043	1.041.074				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	18.1	224.455	224.455				
Reservas de capital		18.546	18.546				
Reservas de lucros		392.201	416.088				
Prejuízos acumulados		(32.996)	(23.887)				
Total do patrimônio líquido		602.206	635.202				
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.731.124	1.765.400				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2025	2024
Receitas	19	449.594	313.831
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(329.078)	(149.694)
Custo de operação		(83.561)	(84.141)
		(412.639)	(233.835)
		36.955	79.996
Lucro bruto			
Despesas e receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(8.231)	(8.013)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.347)	(467)
		(9.578)	(8.480)
		27.377	71.516
Lucro antes do resultado financeiro e tributos			
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		26.405	14.828
Despesas financeiras		(115.518)	(125.702)
		(89.113)	(110.874)
		(61.736)	(39.358)
Resultado antes dos tributos sobre o prejuízo			
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		4.639	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		24.101	15.471
		28.740	15.471
		(32.996)	(23.887)
Prejuízo do exercício			
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)		(0,03960)	(0,02867)
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Prejuízo do exercício	(32.996)	(23.887)	
Resultado abrangente do exercício	(32.996)	(23.887)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
	2025	2024	
Geração do valor adicionado	520.988	375.913	
Receita operacional	516.426	370.154	
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.569	5.759	
Outras receitas	(7)		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(383.928)	(185.905)	
Custos da energia comprada	(295.426)	(103.241)	
Encargos de uso da rede elétrica	(67.165)	(61.686)	
Materiais	(2.394)	(2.032)	
Serviços de terceiros	(13.294)	(16.362)	
Outros custos operacionais	(5.649)	(2.584)	
Valor adicionado bruto	137.060	190.008	
Retenções	(67.438)	(65.578)	
Depreciações e amortizações			
Valor adicionado líquido produzido	69.622	124.430	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29.032	15.873	
Valor adicionado total a distribuir	98.654	140.303	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	8.455	8.875	
Benefícios	3.025	2.632	
FGTS	476	727	
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	4.068	26.289	
Estaduais	87	(35)	
Municipais		1	
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	115.518	125.702	
Aluguéis	21	(1)	
	131.650	164.190	
Prejuízo do exercício	(32.996)	(23.887)	
	98.654	140.303	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada		Energia assegurada		Concessão	
				(MWm)	(MWm)	(MWm)	(MWm)	Início	Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042		

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006. O prazo inicial do contrato de concessão é de 35 anos a partir da data da sua assinatura, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 1.035/22 de mais 67,03 meses. Podendo, adicionalmente, ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério do regulador, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR quanto no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Além da energia assegurada de 266,6MWm, a Companhia possui 120MWm em contratos de compra, sendo assim, contém comercializado 319,8MWm no ACL, pelo prazo de 1 ano, a partir de janeiro de 2025. O preço estabelecido do contrato em 31 de dezembro de 2025 é de R\$170,09 por MWh.

No caso da energia gerada ser inferior à energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operam na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 38º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$39.729, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$421.677 (R\$439.695 em 31 de dezembro de 2024). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 05 de março de 2026.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões civis e fiscais (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação				

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Imobilizado
São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria própria.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Terras		16.344		16.344		16.344		16.344
Reservatórios, barragens e adutoras	2,09	865.519	(332.459)	533.060	2,00	865.519	(314.948)	550.571
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,00	259.520	(104.744)	154.776	2,09	259.520	(99.239)	160.281
Máquinas e equipamentos	3,16	611.792	(356.289)	255.503	3,16	612.081	(336.933)	275.148
Veículos	14,29	1.953	(1.517)	436	14,29	1.953	(1.356)	597
Móveis e utensílios	5,88	3.632	(2.172)	1.460	5,89	3.642	(1.915)	1.727
Total		1.758.760	(797.181)	961.579		1.759.059	(754.391)	1.004.668
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	2.464	(1.472)	992	3,41	2.464	(1.348)	1.116
Máquinas e equipamentos	3,08	154.772	(89.470)	65.302	3,08	154.772	(85.124)	69.648
Total		157.236	(90.942)	66.294		157.236	(86.472)	70.764
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	225	(108)	117	3,33	225	(104)	121
Máquinas e equipamentos	15,28	1.556	(1.057)	499	15,15	1.391	(747)	644
Veículos	14,29	1.590	(824)	766	14,29	833	(470)	363
Móveis e utensílios	6,51	991	(845)	146	6,49	991	(814)	177
Total		4.362	(2.834)	1.528		3.440	(2.135)	1.305
Total do imobilizado em serviço		1.920.358	(890.957)	1.029.401		1.919.735	(842.998)	1.076.737
Ativos de direito de uso (Nota 12.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	33,00	9	(1)	8				
Total Ativos de direito de uso		9	(1)	8				
Imobilizado em curso								
Geração		40.368		40.368		37.331		37.331
Administração		40.368		40.368		346		346
Total do imobilizado em curso		80.736		80.736		37.677		37.677
Total do imobilizado		1.960.735	(890.958)	1.069.777		1.957.412	(842.998)	1.114.414

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas.

12.2 Movimentação do imobilizado

	31/12/2024		31/12/2025	
	Valor líquido	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Terras	16.344			16.344
Reservatórios, barragens e adutoras	550.571			550.060
Edificações, obras civis e benfeitorias	161.518		(17.511)	155.885
Máquinas e equipamentos	345.440	164	(5.633)	321.904
Veículos	960	758	(516)	1.202
Móveis e utensílios	1.904		(298)	1.606
Total do imobilizado em serviço	1.076.737	-	922	(48.158)
Ativos de direito de uso				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	9	(1)	8
Total Ativos de direito de uso	-	9	-	8
Imobilizado em curso				
Terras	20.205			20.205
Máquinas e equipamentos	15.548	4.077	(164)	18.263
Outros	1.924	544	(758)	1.900
Total do imobilizado em curso	37.677	4.621	(922)	40.368
Total do imobilizado	1.114.414	4.630	-	(48.159)

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	31/12/2025			31/12/2024			
								Encargos Circulante	Principal Circulante	Não circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	5ª emissão em 10/12/2024	10/12/2024 a 10/12/2029	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	4.945	150.000	450.000	604.945	2.948	600.000	602.948
(-) Custos de emissão				(3.253)		19/12/2025 a 19/12/2030								

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa. As debêntures não possuem garantias.

15.2 Movimentação das debêntures

	31/12/2024		31/12/2025	
	Valor líquido em 31/12/2024	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante				
Principal			150.000	150.000
Juros	2.948	(86.597)	(1.815)	4.345
Custo de transação			908	(907)
Total	2.948	(86.597)	148.185	908
Não circulante				
Principal	600.000		(150.000)	450.000
Custo de transação	(3.178)		1.815	(1.363)
Total	596.822	-	(148.185)	-

15.3 Vencimento das parcelas

	31/12/2024	31/12/2025
Circulante		
2026		154.038
Total		154.038
Não circulante		
2027		149.319
2028		149.545
2029		149.773
Total		448.637

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

- Para todas as emissões:
 - (i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
 - (ii) Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
 - (iii) Distribuição ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos obrigatórios; e
 - (iv) Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
- Específicas para a 5ª emissão:
 - (i) Rescisão, caducidade, encampação, anulação, advento do termo final, sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva pela Emissora da concessão estabelecida nos termos do "Contrato de Concessão nº 130/2001 - ANEEL", celebrado em 7 de novembro de 2001, conforme aditado de tempos em tempos ("Concessão" e "Contrato de Concessão");
 - (ii) Celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas representando, (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo o item (B) (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam detidas por, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) Debenturistas (CPF's ou CNPJ's distintos), com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (intercompany loans);
 - (iii) Redução do capital social da Emissora para valor de capital social inferior a R\$10.000, exceto, desde que previamente autorizado pela ANEEL, se necessário, e; (a) se previamente autorizado por Debenturistas;
 - (iv) Declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Emissora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e/ou de mercado de capitais, local ou internacional, da Emissora, em valor, individual ou agregado, superior a R\$120.000, ou seu valor equivalente em outra moeda, e corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA");
 - (v) Não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora, em decisão definitiva e não passível de recurso, sentença judicial transitada em julgado ou qualquer outra decisão definitiva e não passível de recurso em processo semelhante contra a Emissora, por valor individual ou agregado, que seja igual ou superior a R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado anualmente pelo IPCA, desde que a Emissora não comprove ao Agente Fiduciário o pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a partir de referida solicitação, do referido valor agregado, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão;
 - (vi) Protesto de títulos, contra a Emissora, cujo valor não pago individual ou global ultrapasse R\$120.000, ou seu equivalente em moeda estrangeira, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IPCA, salvo se no prazo de 10 (dez) dias contados do conhecimento do referido protesto a Emissora tiver enviado ao Agente Fiduciário a documentação que demonstre que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) o protesto foi cancelado, ou (c) o protesto teve a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
 - (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora, superior a R\$120.000, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA;
 - (viii) Venda, cessão, locação, alienação ou promessa de alienação pela Emissora da totalidade ou de parte relevante de seus ativos, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$120.000, sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, sem a aprovação prévia dos titulares das Debêntures;
 - (ix) Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, local ou internacional, ou contrato da qual seja parte, como devedora, mutuária ou garantidora, observados eventuais prazos de cura, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e
 - (x) Dívida Líquida/EBITDA deve ser menor ou igual a 4,25x (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos), a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2025, até a Data de Vencimento, sendo certo que, excepcionalmente, não haverá medição do Índice Financeiro com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026.

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1). O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e estando as parcelas futuras atualizadas pelo indexador de inflação IGP-M e ajustadas ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão. Segue abaixo movimentação no exercício:

	31/12/2024		31/12/2025	
	Saldo em 31/12/2024	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2025
Circulante				
Uso do bem público	38.148	(11)	(3.326)	38.500
Total	38.148	(11)	(3.326)	38.500
Não circulante				
Uso do bem público	401.547	27.458	(2.772)	383.177
Total	401.547	27.458	(2.772)	401.547

17 Provisões

Provisões cíveis e fiscais Licenças ambientais

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nota	Circulante	Nota	Não circulante
Provisões cíveis e fiscais	17.1	8.353	17.1	8.353
Licenças ambientais	17.2	16.933	13.715	9.998
Total		25.286		18.351

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos. As operações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

12.2.1 Ingressos

Os ingressos referem-se, substancialmente, a gastos com a modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) e adequações na usina.

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13.1 Composição do intangível

	31/12/2025			31/12/2024				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,94	2.672	(2.224)	448	19,94	2.672	(1.942)	730
Serviço permanente		248		248		248		248
Direito de concessão - Licenças ambientais	9,01	25.445	(24.121)	1.324	10,00	22.698	(19.460)	3.238
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		2,97	(209.662)	(206.690)		3,67	(209.662)	(205.992)
Direito de concessão - GSF	4,69	216.840	(50.822)	166.018	4,69	216.841	(40.660)	176.181
Total		454.867	(186.386)	268.481		452.121	(165.059)	287.062
Sistema de Transmissão de Conexão								
Serviço permanente		21		21		21		21
Total		21	-	21		21	-	21
Administração								
Software	20,00	2.991	(1.913)	1.078	20,09	1.953	(1.217)	736
Total do intangível em serviço		2.991	(1.913)	1.078				

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:
• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	19.1	2.801.280	2.371.680	476.470	347.162
Energia de curto prazo	5.2	120.923	194.793	39.956	22.992
Receita operacional bruta		2.922.203	2.566.473	516.426	370.154
(-) Deduções à receita operacional PIS/COFINS				(47.769)	(34.239)
				(47.769)	(34.239)
Encargos do consumidor	11.3			(3.498)	(2.841)
P&D				(13.415)	(17.186)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(2.150)	(2.057)
Outros encargos				-	-
				(19.063)	(22.084)
				-	-
Receitas		2.922.203	2.566.473	449.594	313.831

19.1 Suprimento de energia elétrica
A variação nos resultados é atribuída ao aumento do volume de energia vendida, devido estratégia adotada para o exercício de 2025 em comparação com o ano de 2024. Além disso, as operações até dezembro de 2025 apresentaram um preço médio mais elevado de, R\$170/MWh, em comparação a 2024 de R\$146/MWh.

20 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.
Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2025				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	267.830			267.830	
Encargos de uso da rede elétrica		60.952			60.952	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.3		10.055	3.380	13.435	
Material			1.697	121	1.818	
Serviços de terceiros	20.4		6.653	3.145	9.798	
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.920		45.920	
Depreciação - Ativos de direito de uso				1	1	
Amortização			18.857	421	19.278	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas				1.257	1.257	
Arrendamentos e alugueis			11	10	21	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					90	
Outras		296	367	1.154	1.817	
Total		329.078	83.561	8.231	422.217	
	Nota	2024				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	93.466			93.466	
Encargos de uso da rede elétrica		55.980			55.980	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.3		10.098	3.045	13.143	
Material			1.148	166	1.314	
Serviços de terceiros	20.4		7.858	3.096	10.954	
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.092		45.092	
Depreciação - Ativos de direito de uso			31		31	
Amortização			19.341	1.114	20.455	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas					214	
Arrendamentos e alugueis					253	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					592	
Outras		248	573	8.013	467	
Total		149.694	84.141	8.013	242.315	
	Nota	2025				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	267.830			267.830	
Encargos de uso da rede elétrica		60.952			60.952	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.3		10.098	3.045	13.143	
Material			1.148	166	1.314	
Serviços de terceiros	20.4		7.858	3.096	10.954	
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.092		45.092	
Depreciação - Ativos de direito de uso			31		31	
Amortização			19.341	1.114	20.455	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas					214	
Arrendamentos e alugueis					253	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					592	
Outras		248	573	8.013	467	
Total		149.694	84.141	8.013	242.315	
	Nota	2024				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	93.466			93.466	
Encargos de uso da rede elétrica		55.980			55.980	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.3		10.098	3.045	13.143	
Material			1.148	166	1.314	
Serviços de terceiros	20.4		7.858	3.096	10.954	
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.092		45.092	
Depreciação - Ativos de direito de uso			31		31	
Amortização			19.341	1.114	20.455	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas					214	
Arrendamentos e alugueis					253	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					592	
Outras		248	573	8.013	467	
Total		149.694	84.141	8.013	242.315	
	Nota	2025				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Contratos de compra de energia por quantidade					14.1	
Energia de curto prazo					5.881	
Outros					(2.502)	
(-) Créditos de PIS/COFINS					(27.299)	
Total					267.830	
	Nota	2025				Total
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Encargos de compra de energia por quantidade					14.1	
Energia de curto prazo					5.881	
Outros					(2.502)	
(-) Créditos de PIS/COFINS					(27.299)	
Total					267.830	

20.1 Energia elétrica comprada para revenda
Contratos de compra de energia por quantidade
Energia de curto prazo
Outros
(-) Créditos de PIS/COFINS
Total

20.3 Pessoal e Administradores
Pessoal
Remuneração
Encargos
Previdência privada - Corrente
Programa de demissão voluntária
Despesas rescisórias
Participação nos Lucros e Resultados - PLR
Outros benefícios - Corrente
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial
(-) Créditos de tributos recuperáveis

Administradores
Honorários e encargos
Benefícios dos administradores

20.4 Serviços de terceiros
Serviços de consultoria
Serviços de manutenção
Serviços de limpeza e vigilância
Serviços ambientais
Serviços de informática
Serviços de publicação e publicidade
Serviços de telecomunicações
Serviços de transporte
(-) Créditos de tributos recuperáveis
Outros

21 Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		18.703	8.654
Energia vendida		241	368
Depósitos judiciais		256	264
Juros e multa sobre tributos	6	9.530	6.435
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(2.627)	(1.045)
Outras receitas financeiras		302	152
Despesas financeiras		26.405	14.828
Encargos de dívida			
Debêntures	15.2	(89.502)	(68.122)
Juros e multa sobre tributos	6	(2.472)	(2.566)
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	17.1	(796)	(1.052)
Uso do bem público	21.1 e 1.1.1	(21.349)	(51.423)
Outros juros e variações monetárias		(1.072)	(1.188)
Outras despesas financeiras		(327)	(1.351)
		(115.518)	(125.702)
		(89.113)	(110.874)

21.1 Uso do bem público - UBP
A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, à variação negativa do indexador IGP-M, que foi de -1,05% no acumulado de dezembro de 2025 (6,37% em 2024).

22 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o prejuízo	(61.736)	(39.358)
Alíquota	1	34%
IRPJ e CSLL	20.990	13.382
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(17)	(28)
Outros		
Efeito tributário de créditos extemporâneos	4.639	
Receita de atualização SELIC	3.240	2.188
Outros	(112)	(71)
Receita (Despesa) de IRPJ e CSLL	26.740	15.471
Alíquota Efetiva	47%	39%

23 Resultado por ação
O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluído ou antídiluído no resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(32.996)	(23.887)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	833.252	833.252
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,03960)	(0,02867)

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, os quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da

obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua o registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos Financeiros	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	104.645	132.875	104.645	132.875
			104.645	132.875	104.645	132.875
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.407	3.344	2.407	3.344
Concessionárias	5	Nível 2	52.793	33.570	52.793	33.570
Outros		Nível 2	190	168	190	168
Caufões	8	Nível 2	116	116	116	116
Outros créditos - Partes relacionadas			55.506	37.198	55.506	37.198
			160.151	170.073	160.151	170.073
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	37.170	20.941	37.170	20.941
Debêntures	15	Nível 2	601.845	599.356	602.875	599.770
Uso do bem público	1.1.1	Nível 2	327.819	432.855	421.677	439.695
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	2.652	1.156	2.652	1.156
Arrendamentos e alugueis		Nível 2	8	8	8	8
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	16.930	17.639	16.933	17.821
			986.424	1.071.947	1.081.115	1.079.383

24.1.1.1 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Classificação da instituição financeira			
AAA		58.202	116.073
AA		46.443	16.802
	4	104.645	132.875

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, CONAMA, ONS etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2025	31/12/2024
Total das debêntures	602.675	599.770
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(107.052)	(136.219)
Dívida líquida	495.623	463.551
Total do Patrimônio Líquido	602.206	635.202
Total do capital	1.097.829	1.098.753
Índice de alavancagem financeira - %	45,15%	42,19%

25 Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2025				Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
		Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Debêntures	15.1	599.770	(86.597)	908	88.594	602.675	
Arrendamentos e alugueis		-	(1)		9	8	
		599.770	(86.598)	908	88.603	602.683	

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Brito Martins Presidente	Rebecca Oliveira Xavier Santos Conselheira	Jonatan Ross Conselheiro	Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Conselheiro	Maria Marta de Figueiredo Geraldes Conselheira
--	--	------------------------------------	--	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho Diretor-Presidente	Icaro Igor Castro de Martins Barros Diretor Administrativo e Financeiro	Alankardek Ferreira Moreira Diretor de Operação
---	---	---

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor - Accounting S.A.	Alfredo Antonio Tessari Neto Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" TO
--	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Enerpeixe S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Notas 1.1, 5 e 19)	

Conforme descrito nas Notas 1.1, 5 e 19 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). A contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do suprimento de energia corresponde ao fator entre o volume liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD) da energia. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita. Adicionalmente, examinamos as planilhas de controle da receita e executamos testes de recálculo dos valores considerando os dados e informações contidos no contrato de concessão e contratos de venda de energia. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting

	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	2024		Saldo em 31/12/2024
			Ajuste a valor de mercado/presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	3.926	(3.926)			-
Debêntures	542.689	(11.041)		68.122	599.770
Arrendamentos e alugueis	190	(61)	6	(135)	-
Capital social	219.736			4.719	224.455
	766.541	(15.028)	6	72.706	824.225

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Capitalização no Imobilizado relativo a contingências		
Aumento de capital com integralização de reservas	9	4.719
Constituição/reversão de arrendamentos e alugueis no Imobilizado		9 (135)
Total	108	4.584

26 Compromissos contratuais e garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, dispostos por maturidade de vencimento, não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2025				31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	
Obrigações de compra					
Compra de Energia					-
Encargos de conexão e Transporte de Energia	204				204
Materiais e serviços	12.667	8.534	907	346	22.454
	12.871	8.534	907	346	22.658
					145.590

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025				31/12/2024
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	
Obrigações de compra					
Compra de Energia					-
Encargos de conexão e Transporte de Energia	195				195
Materiais e serviços	12.120	10.152	1.346	627	24.245
	12.315	10.152	1.346	627	24.440
					144.866

26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve valor em garantias. Os valores em garantias de Provisões (Nota 17) estão demonstrados em sua respectiva nota.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	47.860		94.173	94.173
Usina	1.024.487	220.000	684.170	220.000
Linhas de Transmissão	27.522		31.409	31.409
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	829	829	829	829
Responsabilidade civil		50.000	360	50.000
Transportes (veículos)	360		360	360
Seguro de vida	7.305	(*)	7.044	(*)

(*) Na Companhia o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$31.795;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- (iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.657.

Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

